



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATO BRANCO, PARANÁ
JUÍZ DE DIREITO – MACIÉO CATANEO

Tv. Goiás, 55, centro – 85502970 – fone/fax: (46) 3225-4322

consulta processual: www.assejepar.com.br

EXPEDIDO POR: ISC

ESCRIVÃ – ELAINE KURTZ

CNPJ 78.195.203/0001-78

e-mail: cartoriokurtz@yahoo.com.br

COTA EXPEDIÇÃO: 66,77 VRC

TERMO DE COMPROMISSO DE ADMINISTRADORA JUDICIAL

AUTOS Nº 0003921-09.2021.8.16.0131
NATUREZA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REQUERENTE ANDRÉ FRANCISCO ZENI; ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA; AUTO POSTO ZENI LTDA; VILMAR FRANCISCO ZENI E VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA
REQUERIDO ESTE JUÍZO e M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.

O Doutor Maciéio Cataneo, M.M. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

Aos dez dias do mês de junho de 2021, nesta cidade e comarca de Pato Branco (PR), em cartório, onde presente se achavam o Exm. Sr. Juiz de Direito desta Serventia, Dr. MACIÉO CATANEO, comigo Auxiliar Juramentada de seu cargo ao final assinada, presta **M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, na pessoa de seu responsável, DR. MÁRCIO ROBERTO MARQUES, advogado, inscrito sob a OAB/PR nº 65.066**, profissional responsável, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 07.166.865/0001-71, com sede e foro na Av. Cândido de Abreu, 776, sala 1306, em Curitiba-Pr., a qual o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de bem e fielmente, sem dolo e nem malícia, desempenhar a função de **ADMINISTRADORA JUDICIAL** das recuperandas, assumindo por este ato as responsabilidades inerentes a qualidade de administradora, nos autos acima epigrafado, conforme teor da decisão de mov. 39.1 constante nos autos. Aceito pelos mesmos o compromisso e o cumprimento na forma da lei. Do que para constar lavrei o presente, que após lido e achado, conforme vai devidamente assinado, Eu, _____ (Isabel S Cardoso), Escrevente Juramentada, a fiz digitar, subscrevi autorizado pela portaria 33/2012.

ADVERTÊNCIA (Art. 21 da Lei 11.101/2005): Art. 21. O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

Parágrafo único. Se o administrador judicial nomeado for pessoa jurídica, declarar-se-á, no termo de que trata o art. 33 desta Lei, o nome de profissional responsável pela condução do processo de falência ou de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização do juiz.

MACIÉO CATANEO

Juiz de Direito
Assinatura Digital

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (Marques Administração Judicial), na pessoa de seu responsável **DR. MÁRCIO ROBERTO MARQUES OAB/PR 65.066**

CNPJ 07.166.865/0001-71

Administrador Nomeado

